

A INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR

RESUMO: O presente artigo científico propõe um novo olhar reflexivo sobre a questão indisciplinar no cotidiano da escola atual, que tem sido vista como problema e desvio das normas disseminadas nos sistemas escolares, que inviabiliza a prática educacional. Relacionada à desordem, ao desrespeito referente a normas de conduta e à falta de limites, a indisciplina é geralmente centralizada no aluno e nas suas relações durante o cotidiano escolar. Inicialmente, coloca-se em discussão o próprio conceito de indisciplina escolar, em face das mudanças ocorridas na sociedade, apresenta as suas principais causas e especificidades. Destaca-se o enfoque preventivo como suporte desafiador ao enfrentamento do problema e ao mesmo tempo enfatizam-se algumas técnicas de encaminhamentos, sugestões preventivas e uma postura compartilhada e de parceria em bases democráticas.

Palavras-chave: indisciplina, cotidiano escolar, disciplina preventiva, educação.

Abstract: This scientific article proposes a new look reflects on the question interdisciplinary daily at school today, which has been seen as a problem and deviation from the spread in the school systems, which impedes the educational practice. Related to the disorder, failure to respect the rules of conduct and the lack of limits, discipline is generally student-centered and in their relations during the school day. Initially, there is discussion on the concept of school discipline in the face of changes in society, has its main causes and characteristics. Especially important is the preventive approach to support challenger to face the problem while emphasizing a few techniques for referrals, suggestions, and a preventive approach and shared partnership on democratic foundations.

Keywords: discipline, school routine, preventive discipline, education.

A indisciplina tem sido intensamente vivenciada nas escolas, apresentando-se como uma fonte do estresse nas relações interpessoais, particularmente quando associada a situações de conflito em sala de aula. Mas, além de constituir um problema, a indisciplina na escola tem algo a dizer sobre o ambiente escolar e sobre a própria necessidade de avanço pedagógico e institucional. Trata-se de uma questão, portanto a ser debatida e investigada amplamente. Atendendo a esta preocupação, o presente artigo traz uma reflexão sobre a indisciplina escolar na educação básica, partindo de algumas considerações conceituais, para então comentar suas principais

causas. Ao final, traz algumas ponderações sobre a dimensão preventiva em nível de escola.

Uma das fontes desta reflexão reside nas observações feitas nestes dois anos de realização do PDE, no trabalho com professores da educação básica em escolas públicas, palestras e debates sobre indisciplina escolar, todos realizados nas dependências da própria escola. Tal proximidade possibilitou conhecer os fatos e ouvir relatos dos profissionais que ali atuam e enfrentam questões disciplinares com os alunos. O presente texto, além de relatar os resultados conclusivos da pesquisa, apresenta algumas questões com base nas observações e na literatura disponível, visando sugerir alguns encaminhamentos preventivos para lidar com a indisciplina em nível de escola.

A noção de indisciplina será considerada levando-se em conta três situações específicas de ocorrências. Em primeiro lugar, ela está inserida nas condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da escola. Num outro momento ela aparece sob a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos vivenciados pelos alunos, em relação com seus pares. e com os profissionais da educação, no contexto escolar- com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc. E por último, aparece a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Assim, a indisciplina pode ser definida como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo e aquilo que demonstram os estudantes, em termos de contexto social.

No cenário de tantas mudanças da escola no século XX, o conceito de disciplina vai estar fortemente ligado à noção de controle sobre a conduta, contando com diversos aparatos tais como a avaliação educacional. Vemos então que a noção de (in) disciplina como contraposição de disciplina, pode ser associada, por exemplo, aos sentidos de ausência de conhecimento, ou de conduta contestatória ou divergente dos esquemas de controle social.

Para Estrela (1992, p.17) a (in) disciplina pode ser pensada como negação da disciplina, ou como “desordem proveniente da quebra das regras estabelecidas pelo grupo”. Segundo Estrela (1995 p. 65) é, sobretudo, o professor que produz e comunica normas sociais que julga necessárias para exercer sua ação pedagógica, e assim prescreve determinadas posturas e regras a serem aceitas, muitas vezes sem a devida discussão com os alunos, e sem que aquelas atendam às suas expectativas e necessidades.

Na literatura educacional o conceito de (in)disciplina vem se modificando, tal como suas expressões na escola Segundo Garcia (1999, p.

103) a (in)disciplina escolar apresenta “Atualmente, expressão diferente, é mais complexa e criativa, e parece aos professores mais difícil de equacionar e resolver de um modo afetivo”.

A má formação inicial e continuada dos professores contribui para que não pensem criticamente sobre a função que desempenham como educadores, acabando por colaborar com a continuidade da sociedade e da educação excludente.

A partir destas contextualizações, percebe-se claramente que a tarefa de ajustamento do ser humano à sociedade, que cabe à disciplina executar por meio da relação interpessoal vertical, portanto de poder, acaba criando resistências e reações indesejadas sobre a ordem e o controle instituídos.

O termo (in)disciplina refere-se ao procedimento, ato, ou dito contrário a disciplina, desordem, rebelião. Sendo assim, (in)disciplinado é aquele que “se insurge contra a disciplina.”(Ferreira,1986.p.595).

Nas escolas costuma-se compreender a (in)disciplina manifesta por um indivíduo ou grupo, como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na falta de educação ou de respeito pelas autoridades, na bagunça ou agitação motora.

Essas atitudes interferem negativamente no processo ensino aprendizagem, deixando os professores aturdidos, procurando culpados por este fato, tal qual nos aponta Aquino (1999,p,90): “na busca dos determinantes da (in)disciplina, a influência de fatores extra-escolares no comportamento dos alunos, na visão de muitos educadores, parece ocupar primeiro plano”. Isso pode ser constatado nas reuniões de professores, onde ao discutir este assunto, geralmente a família é apontada como causadora da (in)disciplina escolar, ou atribuem aos problemas econômicos e sociais, ou ainda a distúrbios psicológicos dos alunos. De acordo com Vasconcellos (1996.p.17): “Um dos causadores do enfrentamento da problemática disciplinar é que o educador não dispõe de uma concepção, de um método, de uma ferramenta eficiente. De um modo geral, está marcado pela concepção idealista: tem uma série de idéias bonitas sobre disciplina, mas não sabe porque não se consegue colocar em prática. Para isso concorrem a falta de análise dos determinantes, a falta de clareza de mediações concretas, bem como a falta de interação entre estas três dimensões básicas.”ninguém nasce rebelde ou (in)disciplinado, pois estas características não são inatas, nem a (in)disciplina, resulta de fatores isolados, mas sim, da multiplicidade de influências que recaem sobre a criança e o adolescente nas suas fases de desenvolvimento.

FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A escola surgiu porque a família não é suficiente para educar uma vez que muitas mudanças ocorreram na família tradicional. O que a escola pode oferecer que a família não pode? A escola se apresenta como único lugar de possíveis convivências com grupos de crianças, adolescentes, jovens de certa idade. Portanto, é lugar oportuno para desenvolver os hábitos de socialização, necessários para a vida em comunidade, além de propiciar cultura e favorecer o acesso a bens culturais como a leitura, a escrita, as normas de conduta da instituição. No entanto, a escola não é depósito, onde se jogam os filhos, livrando-se deles por um determinado tempo.

No que se refere à questão disciplinar, a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos. A participação da família deve se firmar no auxílio à atuação pedagógica escolar, ou, seja, uma continuidade de coerência entre as atuações da escola e da família. Os pais devem acolher os filhos e ajudá-los, não apenas nas tarefas escolares, mas de toda vida. É preciso abrir o coração

A escola é a instituição especializada da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantam a educação básica de qualidade para todos

Sob este prisma, educar é totalmente diferente de treinar, domesticar, adaptar, moldar, adequar, integrar. Educação não é enquadrar, incutir um padrão ou modelo, mas é formar pessoas autônomas, sujeitos livres e responsáveis. A educação é o processo de emancipação humana. E para que ela ocorra segundo Paulo Freire, 1997: “Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

Neste âmbito, compete aos pais manterem-se informados sobre os resultados obtidos pelos filhos, colaborar com professores para tornar mais coerente e eficaz a atuação escolar, mostrarem-se interessados pelas atividades realizadas pelos filhos na escola; valorizar a escola, suas normas de conduta, conhecimentos e habilidades que propicia para criar nos filhos hábitos de respeito e uma expectativa positiva em relação aos estudos, expressar em palavras e atitudes a confiança que têm na instituição escolar e em seus docentes; procurar saber o que o filho realizou na escola e como foi o seu dia; zelar por uma relação de carinho e respeito com os professores, pois a opinião dos pais influi sobre os filhos (é necessário

lembrar que o respeito pelos professores é condição para que estes exerçam sua atividade educacional); observar seus materiais escolares e mediá-los nas tarefas de casa; resolver problemas entre família e escola e reforçar sempre a auto-estima e autoconfiança dos filhos, elogiando-os e comentando com amigos, parentes e familiares sobre os êxitos escolares deles.

Para que os jovens possam aprender a pensar e a viver em sociedade é essencial que os pais dediquem tempo à educação dos filhos, bem como serem exemplo de comportamentos (pontualidade, respeito mútuo) e propiciar-lhes a liberdade de pensar e agir. A deliberação consciente em dizer “não”, introduzindo-os no mundo real, fazendo-os pensarem no que foi negado para que amadureçam com sabedoria . A educação não depende de si mesma, mas principalmente do papel que a família desempenha dentro, fora e junto à escola.

A educação, num sentido mais amplo, não deixa dúvida da sua função social, sendo um fator decisivo de humanização e, em especial, da humanização do homem. Os grupos humanos, constituídos culturalmente como tal, elaboraram, ao longo do tempo, instrumentos, artefatos, costumes, normas, códigos de comunicação e convivência como mecanismos imprescindíveis para sua sobrevivência. Esses mecanismos não se fazem biologicamente nem se transmitem através da herança genética. Os grupos humanos põem em andamento processos externos de transmissão para garantir a sobrevivência das novas gerações e de suas conquistas sociais. Esse processo costuma ser genericamente denominado de educação.

A educação é um processo contínuo, complexo e sutil, marcado por profundas contradições e processos coletivos e permanentes de formação de cada indivíduo, o que se dá na relação entre os indivíduos e entre este e a natureza. A escola é o local privilegiado dessa formação porque realiza um trabalho sistemático e planejado com o conhecimento, com valores, com atitudes e com a formação de hábitos. Em muitos momentos a atuação da escola foi associada à função de formar a classe subalterna, o cidadão dócil, devido a sua dimensão técnica, ensinando álgebra, ciências e outros conteúdos, sem as quais não haveria a força de trabalho dos operários.

A função tradicional da escola é a de facilitar a inserção do indivíduo no mundo social. O indivíduo deve aprender as formas de conduta social, os rituais e as técnicas para sobreviver . Ao longo do tempo as funções da escola foram sendo ampliadas, passando a abranger outras, tais como: cuidar das crianças enquanto os pais trabalham, socialização colocando as crianças em contato com outras e ensinando normas básicas de conduta, aquisição de habilidades básicas de ler, escrever, expressar-se, lidar com a aritmética, os conhecimentos científicos, orientação às crianças nos ritos de passagem para a adolescência, visto que, é uma fase bastante difícil devido `mudanças biológicas e psicológicas que ocorrem no organismo. A escola também promove ritos de iniciação de um nível para outro, que às

vezes submetem os indivíduos à provas que servem de seleção para ida social, que estabelecem discriminações entre elas, pois só as que adquirem as competências estabelecidas pela sociedade são aceitas (Freitag, 1980,p.32).

Percebe-se então, que a escola exerce mais funções do que parece, sendo que o atendimento a tantas e diversificadas funções, faz com que as crianças acabem permanecendo mais tempo na escola do que em companhia de seus pais. Nesse sentido, as escolas contribuem para que as sociedades perpetuem, pois transmitem valores morais que integram as sociedades.

Integra o conceito social da escola também um conjunto de imagens e representações que a revelam como uma pequena comunidade que realiza o trânsito entre o aconchego do núcleo familiar e a vida “lá fora”. Segundo Arroyo (1995, p.36):

“A educação moderna vai se configurando nos confrontos sociais e políticos, ora como um dos instrumentos de conquista da liberdade, da participação e da cidadania, ora como um dos mecanismos para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas relações sociais entre os homens”.

Neste contexto, a escola, como espaço de operacionalização, da educação, revela-se um campo privilegiado de produção/difusão de novas práticas/tecnologias.

A ESCOLA PRECISA DE PRINCÍPIOS E NÃO APENAS DE REGRAS

As escolas de modo geral, devem investir em formação ética no convívio entre alunos, professores, e funcionários para vencerem as questões indisciplinadas, que tanto afetam a aprendizagem e a conseqüente promoção dos alunos.

Na busca de soluções para tentar solucionar os conflitos estabelecidos em salas de aula, através dos constantes atos de agressões verbais e físicas, além de humilhações constantes e ausência de limites, percebe-se o quanto elas estão cada vez mais incivilizadas. Para resolver o problema, as escolas recorrem às regras de controle e punição. No entanto, elas resolvem paliativamente o problema, porém os conflitos continuam.

Vários autores especializados em questões disciplinares apontam a necessidade de que a escola ajude a formar pessoas capazes de resolver conflitos coletivamente, pautadas pelo respeito a princípios discutidos pela comunidade.

O caminho para se chegar à resolução das questões conflituosas, passa pela formação ética, não necessariamente como conteúdo didático, mas principalmente no convívio diário dentro da instituição escolar.

O grande clamor dos educadores é por normatização. Além de criar as regras de controle e normas de conduta, é preciso que as escolas, através do seu coletivo discutam os valores envolvidos em cada situação conflitante, usando de autoridade, pois cada vez que a escola precisa de uma lei exterior para resolver os seus conflitos, ela perde a sua autonomia.

No entanto, um comportamento ético, ao invés da simples normatização discute as relações com outras pessoas, as responsabilidades de cada um, bem como os princípios e os valores que dão sentido à vida. Primeiramente, se faz necessário antes de tudo, eleger seus próprios princípios coerentes com a Constituição brasileira: liberdade, respeito, igualdade, justiça, dignidade. É de fundamental importância que os alunos, pais e a escola entendam que esses princípios precisam ser cumpridos e defendidos e, que as situações em família e na escola, têm conotações diferentes, por exemplo, se deixo a minha casa bagunçada o problema é meu, porém se deixo uma classe bagunçada o problema não é só meu; se um aluno for humilhado por outro, ferindo a dignidade humana, alguma coisa precisa ser feita. A escola deverá realizar debates, reuniões e assembleias para discutir regras que garantam a defesa do princípio.

Outro fator a ser colocado em prática pelo coletivo da escola, no que se refere às questões disciplinares, que durante as reuniões e assembleias, as decisões sejam tomadas através de um consenso, o que dá muito mais trabalho. No entanto é bem mais rico porque desenvolve a prática de escutar o outro, de dialogar, diferente da votação, que representa o poder. Não se pode esquecer o lugar do professor neste consenso, posto que, ele não pode abrir mão da sua autoridade, jogando para o grupo as responsabilidades pelas sanções que o combinado pode gerar.

Um dos saberes indispensáveis à prática educativo-crítica é o de como se lida com a relação autoridade-liberdade, sempre tensa e que gera disciplina como indisciplina.

Sendo o resultado da harmonia ou do equilíbrio entre autoridade e liberdade, a disciplina implica o respeito de uma pela outra, expresso na assunção que ambas fazem de limites que não podem ser transgredidos.

O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são formas indisciplinadas de comportamento

O interessante seria que a autoridade e a liberdade, medindo-se, se avaliassem e fossem aprendendo a ser ou a estar sendo elas mesmas, na produção de situações dialógicas, visto que, não devemos pensar apenas sobre os conteúdos programáticos que vêm sendo expostos ou discutidos

pelos professores das diferentes disciplinas, mas, ao mesmo tempo, a maneira mais aberta, dialógica, ou mais fechada, autoritária com que este ou aquele professor ensina.

Outro saber indispensável à prática educativa é o que fala do respeito devido à autonomia do ser do educando. A esse respeito assim se refere Paulo Freire: “O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência (2005, p,59.60).

A ESCOLA E O APROVEITAMENTO SIGNIFICATIVO DO TEMPO PEDAGÓGICO

Considerando-se a escola como espaço relacional de exercício do direito de cidadania, problematizamos o modo como a escola se organiza para atender ao direito do estudante de ter uma escola de qualidade, visto que, nos dias atuais tem para além de sua função específica que é de transmitir e ensinar, uma outra função, tornou-se um local de aprendizagem da convivência social.

TEMPO ESCOLAR – A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA CONSCIENTE E A RELAÇÃO DISCIPLINAR

A escola pública, laica e republicana alcança sua plenitude quando se constitui um espaço de construção do conhecimento e do exercício da crítica às relações sociais vigentes, buscando a transformação da ordem social injusta e desigual. É, portanto, espaço da crítica e da utopia.

Tais atributos constituem um permanente desafio para a escola, considerando, de um lado, a natureza reprodutora das relações sociais vigentes e, de outro o impulso para gerar novas formas de sociabilidade.

Nas condições socioeconômicas em que vivem os segmentos majoritários da sociedade brasileira, a escola ocupa um lugar de destaque ao cumprir a sua tarefa precípua – a de ser um locus de produção, de sistematização e de socialização do saber produzido, ao longo do tempo, pela humanidade.

Tempo – espaço são categorias que sempre estiveram no centro da preocupação humana com a vida. O ser humano reconhece no tempo a sua

existência finita. Com o avanço científico- tecnológico, o tempo e o espaço passaram a ser dimensionados em função de novas possibilidades criadas pelo homem. A escola está situada num determinado espaço e tem que saber lidar com a simultaneidade e a complexidade do tempo de hoje.

A escola pode ser um espaço de vivências disciplinares democráticas. A vida escolar ocorre em um determinado tempo e em determinado espaço. À escola, é atribuída a tarefa imensa de favorecer aos estudantes a compreensão do movimento dialético que impregna as relações entre o homem, a natureza e a cultura no continuum do tempo. Para exercer essa tarefa é necessário atentar para o tempo escolar e exercer uma mediação pedagógica consciente e disciplinar. O tempo escolar, aqui entendido, compreende o período de vivência pedagógica dos estudantes no ambiente escolar durante o curso básico. O tempo escolar é o tempo pedagógico de aprendizagens significativas para toda a vida.

Freitas (2004) chama-nos a atenção para a importância da organização dos tempos e espaços da escola no processo ensino aprendizagem. Diz esse autor que foram os liberais que denunciaram, há pelo menos 40 anos, a lógica perversa dos tempos e espaços da escola. Segundo ele: “Se submetemos os diferentes ritmos dos alunos a um único tempo de aprendizagem, produziremos a diferenciação dos desempenhos dos alunos. Cada um caminhará a seu ritmo dentro de um mesmo tempo único, logo, uns dominam tudo e outros, menos. Caso se queira unificar desempenhos (nível elevado de domínio para todos) há que se diversificar o tempo de aprendizagem. Para tal é preciso permitir que cada um avance a seu ritmo usando todo o tempo que seja necessário. Este é um dos pontos de ancoragem da exclusão da escola- a seriação intra e extraclasse das atividades, com tempo único. Mas note-se que não basta dar todo o tempo necessário, é preciso que ele tenha ajuda igualmente diferenciada para aprender (materiais diversificados, ajuda pontual durante o processo de aprendizagem) de forma que este tempo adicional necessário possa ser suportável para a escola e para o próprio aluno em sua aprendizagem. Esta também indicado o elemento-chave para tornar a diversificação do tempo eficaz- a existência de apropriadas formas de ajuda disponíveis para lidar com os diferentes alunos” (2004, p.154-155).

A escola precisa estar atenta à organização significativa do trabalho pedagógico .E, para que essas experiências sejam bem sucedidas , deve ser respeitado o ritmo, o tempo e as experiências dos estudantes.

Quando se faz menção ao tempo pedagógico, está-se aludindo ao tempo escolar que favorece a aquisição , pelos estudantes, das aprendizagens significativas. Esse tempo pedagógico está demarcado pelas normas instituídas pelas políticas educacionais em nível macro e pelas decisões internas à escola.

Mas, além disso, refere-se também ao sentido pedagógico do tempo livre. Tempo supostamente destinado ao lazer, às descobertas de outros

sentidos, à fruição de prazeres, fora do espaço estritamente escolar. O tempo considerado “livre” está também inserido no processo pedagógico, gerando novas aprendizagens e concorrendo para uma formação integrada do cidadão.

Segundo vários estudiosos, somente uma pequena parte do tempo, na escola, é dedicada à socialização e construção do conhecimento. Como situa Enguita, “O resto, a maior parte, é empregado em forçar ou evitar rotinas, em impor ou escapar ao controle, em manter ou romper a ordem. A experiência da escolaridade é algo mais amplo, profundo e complexo do que o processo de instrução” (1989, p. 158).

Considerando-se o tempo efetivo para que a aprendizagem possa ocorrer, os docentes poderão fazer o registro do acompanhamento do estudante e do grupo, considerando as dimensões relativas ao conhecimento, às atitudes e valores, às aprendizagens sócio afetivas e culturais.

O ALUNO NO SEU CONTEXTO SOCIAL

Levando-se em conta que o aluno elabora seu conhecimento a partir da atribuição de um sentido próprio e genuíno às situações que vivencia e com a as quais aprende, processo no qual exerce papel primordial a capacidade de autonomia, de reflexão e de interação constante com os outros sujeitos e com seu entorno, as separações mente-corpo-cérebro-espírito, homem-ntureza não mais se sustentam. Este novo paradigma traz a percepção holística do mundo, a visão de contexto global, a compreensão sistêmica enfatizando o todo em vez de uma parte. Para Antunes (2002 br, p.38), somente se aprende quando o novo que chega se associa ao antigo que a mente guarda, e desta maneira nenhum aluno é tábua rasa, mente vazia”.

Além disso, o desenvolvimento do aluno se dá em um espaço onde personalidades diferentes encontram-se interligadas, na busca da satisfação de suas necessidades sejam materiais ou afetivas. Como lembra Buscaglia(1993, p.79) “ a família é definida como um sistema social pequeno e interdependente, dentro do qual podem ser encontrados subsistemas ainda menores, dependendo do tamanho da família e das definições de papel.

Para Aquino (1996 a, 98) “é impossível negar, portanto a importância e o impacto que a educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito”. Para resguardar a efetividade de sua função educativa, a estrutura familiar precisa adaptar-se às circunstâncias novas e transformar

determinadas normas, sem deixar, no entanto de construir um modelo de referência para os seus membros.

A escola concebida como um sistema que compartilha funções e que se inter-relaciona com outros sistemas que integram todo o contexto social, torna-se uma instituição que recebe exigências de outras instituições e na qual convivem com formas de agir diversas, muitas vezes desordenadas e freqüentemente contraditórias. Também os pais, com diferentes condições socioculturais, costumam esperar da escola tarefas educativas muito diversas e até mesmo, que a escola assuma ações que seriam próprias da família.

ALGUNS FATORES E ESPECIFICAÇÕES DA INDISCIPLINA NO CONTEXTO ESCOLAR.

No contexto educativo a indisciplina contribui para a exclusão escolar, gerando um problema social grave. Para Aquino (1996 a, p. 40) “embora o fenômeno da indisciplina seja um velho conhecido de todos sua relevância teórica não é nítida”.

No entanto a origem dos comportamentos ditos indisciplinados pode estar em diversos fatores: alguns fazem parte das questões relacionadas ao professor e sua atitude em sala de aula, outros são advindos das famílias dos alunos e portanto são verificados nos alunos; outros são gerados no processo pedagógico.

FATORES INDISCIPLINADOS RELACIONADOS AO PROFESSOR.

O professor desempenha um papel importante na educação, não apenas como figura central, mas também como coordenador do processo educativo, visto que, usando de sua autoridade democrática, cria em conjunto com os alunos, espaços pedagógicos interessantes, estimulantes e desafiadores, para que nelas ocorra a construção de um conhecimento escolar significativo.

É importante que entre alunos e professores, estabeleça-se a forma de comunicação necessária para que a aprendizagem significativa ocorra realmente, Vasconcelos (2003, p. 58) diz que: “ o professor desempenha neste processo o papel de modelo, guia, referência (seja para ser seguido ou contestado), mas os alunos podem aprender a lidar com o conhecimento também com os colegas. Uma coisa é o conhecimento “pronto”, sistematizado, outro, bem diferente, é este conhecimento em movimento, tencionado pelas questões de existência sendo montado e demonstrado

(engenharia conceitual). Aprende-se a pensar, ou se quiserem, aprende-se a aprender.

A INDISCIPLINA E O ALUNO.

A indisciplina escolar traz como conseqüência o fraco rendimento escolar dos alunos. O seu insucesso pode levá-lo a investir pouco nas tarefas escolares e a desinteressarem-se pela escola, desencadeando, eventualmente, emoções negativas, traduzidas em comportamentos inadequados, que muitas vezes são julgados como sendo comportamentos indisciplinados. Isso indica então, a correlação entre indisciplina e moralidade.

As questões indisciplinadas encontradas nas escolas incluem também o ambiente escolar e as condições de ensino-aprendizagem, os modos de relacionamentos humanos, o perfil dos alunos e a sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Na própria relação entre professores e alunos habitam motivos para a indisciplina, e as formas de intervenção indisciplinar que os professores praticam pode reforçar ou mesmo gerar modos de indisciplina.

A INDISCIPLINA NA FAMÍLIA.

A importância da colaboração escola-família é notória, pois, quando as famílias participam da vida escolar, torna-se mais fácil a integração dos alunos e melhora a qualidade do processo ensino-aprendizagem. Há estudos que comprovam que o envolvimento dos pais está positivamente correlacionado com os resultados escolares dos alunos.

A parceria e a cumplicidade com os pais dos alunos, seus familiares, melhora consideravelmente a imagem da escola e o seu vínculo com o entorno. Esse envolvimento representa que a educação está se realizando com sucesso, apoiada no binômio escola-família uma vez que não se aprende só na escola.

A escola é a instituição especializada da sociedade para oferecer oportunidades educacionais que garantem a educação básica de qualidade para todos, nela aprende-se a aprender, porém para aprender o aluno deverá ser estimulado por um meio ambiente favorável, e é justamente na família que os alunos adquirem e aperfeiçoam modelos de comportamento que são exteriorizados na sala de aula.

Outro ponto a se considerar em termos indisciplinares é a eficiência dos grupos, como causas externas a disciplina; ele exerce uma importância relevante no processo de socialização e aprendizagem dos jovens, principalmente no que se refere a comportamentos apresentados pelos jovens que são resultados de processos de imitação de alguns membros do grupo.

Nas sociedades em que os grupos familiares estão desagregados, é comum, que este espaço é cada vez preenchido, por estes grupos de jovens, levando-se em consideração as afinidades a partir de interesses e motivações diversas presentes na turma.

POSSÍVEIS ENCAMINHAMENTOS E INTERFERÊNCIAS PREVENTIVAS NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA AS QUESTÕES INDISCIPLINARES.

A seguir apresentam-se algumas considerações sobre encaminhamentos disciplinares preventivos em nível de escola que tem-se mostrado efetivos de acordo com a literatura especializada (Abud e Romeu, 1989; Lasley e Waison, 1982; Gettinger, 1988; Vasconcellos, 1995,2004; Gotzen, 2003; Aquino, 1996a, 1996b,2000,2003; Antunes,2002a,2002b).

Estudos comparativos realizados a partir da existência de diferenças significativas entre escolas problemáticas em termos disciplinares e escolas satisfatoriamente disciplinares (Lasley e Wayson, 1982), chegam à conclusão de que, aqueles que apresentam baixa incidência de problemas disciplinares, adotam uma postura comum entre os professores da escola, com base num compromisso de estabelecer e manter uma disciplina estudantil apropriada, cujo consenso, se traduz numa condição necessária para o processo de ensino-aprendizagem.

O resultado do estudo comparativo aponta para a necessidade da adoção de uma diretriz disciplinar ampla, preventiva, legitimada pela comunidade escolar consoante com o seu projeto político/pedagógico. Essa diretriz deve incluir o desenvolvimento de orientações (regras e procedimentos) disciplinares claras e de base ampla, as quais ganham em legitimidade à medida que são desenvolvidas com a participação dos alunos conhecidas em toda a comunidade envolvida com a escola. Para os alunos, serem participes das diretrizes e de sua importância, pois enaltece o sentimento de pertença e legitima o senso de responsabilidade comum.

Segundo as idéias de Abud e Romeu: “ é importante ressaltar que tal diretriz disciplinar não deve se restringir a estabelecer um conjunto de normas que organizem o ambiente escolar, mas deve também orientar a própria cultura daquilo que a comunidade deseja em termos de desenvolvimento disciplinar. Afinal, a disciplina deve ser também um objetivo educacional. (Abud e Romeu, 1989,p.89)

A indisciplina escolar não é um fenômeno estático, que tem mantido as mesmas características ao longo das últimas décadas. Não é possível darmos “receitas”, “formulas”, “já postuladas” para as situações de indisciplina, dado estas serem relacionadas e circunstanciais. É preciso situá-las em seus termos, isto é, de acordo com os condicionamentos do aluno que a provoca ou da situação na qual se manifesta.

Antunes (2002a, p. 25) salienta que “ ensinar não é fácil e educar mais difícil ainda; mas não ensina quem não constrói democraticamente as linhas do que é e do que não é nítido”. Os encaminhamentos disciplinares preventivos em nível de escola têm se mostrado efetivos, de acordo com a literatura especializada. Estudos indicam que uma diretriz disciplinar ampla e de base preventiva, é o melhor posicionamento que uma escola pode desenvolver para garantir a disciplina (Gotzen, 2003; Aquino, 1996a, 1996b, 2000, 2003; Vasconcellos, 2004; Antunes, 2002^a, 2002b).

Outra técnica preventiva relevante na indisciplina é a adoção de modalidade de tutoria. É uma via polivalente de enorme interesse em cada professor, adotar como tutor uma turma ou indivíduos de uma sala de aula ou da escola, Gotzen (2003, p.66), afirma que “as tutorias são aplicadas mediante a ação coletiva e individual dirigida aos alunos ao longo da sua escolaridade, que incubem logicamente, a eles e ao seu tutor, sendo que este ultimo deve zelar pela harmonia entre alunos, professores e pais”.

Outro elemento preventivo relevante está no ambiente da escola que deve ser verdadeiramente humano, no sentido de construir um espaço democrático onde se cultiva o diálogo e a afetividade humana, em que se pratica a observação e garantia dos direitos humanos (constitucionais). Na prática o que se espera é que a escola assuma um papel educativo e proporcione através de uma visão sistêmica a integração de todos os agentes envolvidos no processo, bem como o acesso das novas gerações à herança cultural acumulada, vista como instrumento para desenvolver competências, aguçar sensibilidades e transformar o ser humano. Para que essa educação represente mudança deve-se cultivar, sobretudo entre os professores uma postura de interesse pelas metas, realizações e problemas dos estudantes. Para Montoan (2003, p. 16), “ nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento e nesse vazio de idéias que acompanha a crise paradigmática em que surge o momento oportuno das transformações”. Essas transformações na escola não ocorrem por acaso ou por decreto mas pela postura reflexiva e pela vontade coletiva da sua comunidade.

Outro aspecto importante refere-se ao papel da direção da escola. É importante que ela atue de modo a oferecer apoio aos professores e aos alunos, tendo uma presença constante nos diversos espaços escolares, onde deve manter o relacionamento informal com professore e alunos. Espera-se que a direção escolar; expresse interesse pelas suas atividades, adotando uma postura de administrador-gestor que busca parcerias com outros espaços educativos; implemente inovações educacionais que melhor

qualifiquem os alunos e professores, desenvolva novas habilidades de estudo nos alunos e introduza estratégias de aprendizagem cooperativas. Para Castro e Carvalho (2005, p.41):

[...] Uma escola, diferentemente de uma empresa comercial, não pode se contentar apenas com um administrador, mas precisa de um educador que lidere e crie lideranças no processo de realizações do projeto. Se assim forem conduzidas a definição e a realização de um projeto pedagógico, então, ele será sempre coletivo. Ou o projeto político pedagógico será coletivo ou ele não será pedagógico. Neste caso a força para a sua realização estará enfraquecida. [...] Um projeto pedagógico bem definido, com as propriedades colocadas de forma consensual, facilitará sua partilha para além dos profissionais da educação, envolvendo os alunos, os pais e mesmo a comunidade local.

É importante propiciar modificações no clima e na linguagem da escola, através de atividades extracurriculares envolventes que valorizem o papel da escola em função de seus alunos.

No tocante aos aspectos referentes à postura do professor em sala de aula, é necessário que eles desenvolvam e conquistem maior autonomia para lidar com a indisciplina de sala de aula; fomentando um trabalho de parceria embasado em responsabilidades claramente definidas e com o auxílio estratégico em situações que precisam da intervenção da equipe de apoio pedagógico. Para Gomes (2000, p.81):

“O ensino é uma atividade prática que se propõe dirigir as trocas educativas para orientar num sentido determinado as influências, que exercem sobre as novas gerações. Compreender a vida da sala de aula é um requisito necessário para evitar a arbitrariedade na intervenção. Mas nesta atividade, como noutras praticas sociais, como a medição na justiça, a política, a economia, etc., não se pode evitar o compromisso com a ação, a dimensão projetiva e normativa deste âmbito do conhecimento e atuação.

Esta política disciplinar deve considerar também a necessidade de estreitar as relações entre escola e comunidade. O avanço disciplinar depende do grau de comunicação e relações democráticas com o entorno escolar. É preciso cada vez mais ampliar o envolvimento dos familiares nas discussões pertinentes às questões pedagógicas como as atividades extracurriculares ou mesmo de gestão, incluindo a questão disciplinar. Torna-se então imprescindível manter a comunidade informada quanto às realizações e atividades escolares.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA UMA PARCERIA NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO.

Os pais são os responsáveis legais e morais pela educação dos filhos em termos disciplinares.

Como a educação escolar não os isenta dessa competência, ou seja, da participação na família, é indispensável que os pais continuem exercendo o papel de principais educadores dos filhos. A família é a primeira entidade com a qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida.

Educar não é tarefa fácil, principalmente em uma sociedade com certas tendências sociais de forte influência que não ajudam a melhorar a consciência moral, individual e coletiva. É preciso exercer a autoridade que legitima a educação. Isto significa também respeitar a personalidade dos filhos e dos alunos, que devem ter o direito de expor sua opinião. A educação necessita de autoridade, mas não de autoritarismo.

Os pais devem tomar consciência de que a escola não é uma entidade estranha, desconhecida e que a sua participação ativa nesta é garantia da boa qualidade da educação escolar. As crianças são filhos e estudantes ao mesmo tempo. Assim, as duas mais importantes instituições da sociedade contemporânea, a família e a escola, devem unir esforços em busca de objetivos comuns.

O inciso VI do artigo 13 da Lei 9394/96 especifica a real incumbência dos estabelecimentos de ensino no que se refere às atividades de articulação da escola, com as famílias e a comunidade; além de estabelecer uma postura para os educadores.

A consciência de que o ambiente familiar pode influenciar tanto negativa quanto positivamente a aprendizagem do aluno está a exigir uma maior integração das escolas com as famílias dos alunos, objetivando a maior participação dos pais, na educação dos filhos, pois como diz Eurides Brito da Silva (1978): “É ponto pacífico que a missão de orientar a formação do sistema de valores da criança compete à família com o concurso da escola e da comunidade. No entanto, a participação crescente da mulher na força de trabalho e o freqüente despreparo dos pais para exercer plenamente seu papel têm levado a família a transferir, gradualmente à escola suas próprias responsabilidades em relação à parte que lhe é própria na educação dos filhos. Impõe-se todavia, uma harmonização e entrosamento nos esforços desenvolvidos pelo binômio Lar x Escola”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal no processo pedagógico deve ser o binômio humano: a criança, com o desenvolvimento de suas potencialidades, e o professor, como pessoa realizada e preparada existencialmente para ajudar o desabrochar de outra pessoa.

No enfrentamento da indisciplina escolar, a educação não pode ser vista como responsabilidade apenas das escolas. Tudo na sociedade pode ser e é pedagógico em sentido positivo ou negativo. Na família, no trabalho, nos meios de comunicação, na ação política, nos atos religiosos, em qualquer setor de atividade humana, estamos ensinando às novas gerações modelos e propostas de conteúdo técnico, político e moral. Isso é tão real na sociedade moderna, em que a criança está em contato com o mundo pela televisão, pela interação intensa com os adultos e pela internet.

Mesmo considerando a especificidade institucional, formativa, democrática e intencional da escola na busca de alternativas de intervenção pedagógica de cunho científico, para a proposição de soluções aos problemas de ordem disciplinar nas escolas, é mister que qualquer pessoa pensante deve empenhar-se na mudança da educação de forma global promovendo, a cultura, mas também praticando a ética empenhando-se assim por uma sociedade humanista, preocupada com a importância dos alunos, como a promessa de um futuro mais humano, de homens que sejam artífices e não mero produto das práticas sociais.

Nesse contexto é preciso sensibilizar o entorno escolar da necessidade constante de diálogos abordando o tema em questão, não apenas com especialistas, estudantes, professores e outros profissionais do campo da educação e das ciências humanas e sociais aplicadas, mas com todos os que se interessam por reinventar a educação e as relações sociais.

É com crianças educadas à base de telenovelas e de saberes apreendidos nas ruas que os professores têm que lidar.. Na verdade a indisciplina é mais visível na escola pública em função da relação existente com o aluno. Na escola particular, a relação é específica de aluno/ cliente, logo é o cliente quem manda. “como se sabe, o cliente é o rei, é ele quem manda. Inverte-se radicalmente a legitimidade dos olhares: é o aluno quem olha e julga” (La Taille.p. 21).

Mas a escola pública tem se mostrado sensível e aberta à questão, buscando alternativas válidas para o melhor encaminhamento dos casos. Como está demonstrando a Secretaria da Educação quando proporciona aos professores a oportunidade de ingressarem no Programa de Desenvolvimento Educacional, onde o professor tem a oportunidade de buscar subsídios teóricos através da revisão de literaturas científicas, do enriquecimento das práticas escolares com o advento dos vários cursos, palestras, congressos e produções pedagógicas e culturais que lhe é

facultado realizar para manifestar a sua expectativa, em serviços voltados para a discussão dos problemas vivenciados nas escolas, para a idealização de soluções e para a sua implementação.

Embora seja difícil e complexo lidar com o problema da indisciplina, o professor não pode desistir e nem se acomodar. Não pode deixar que a educação silencie e limite os alunos, impedindo o seu desenvolvimento criativo e participativo em sala de aula.

Nesta caminhada a escola pública não está sozinha, conta com a colaboração do Conselho Tutelar, do Ministério Público e agora com a Patrulha Escolar, como parceiros preocupados com o destino das crianças e adolescentes. Depois dos pais e da família, um professor é o bem mais precioso para o desenvolvimento do aluno. Desprezá-lo é atentar contra os direitos de todas as crianças.

Quando se perde o valor DA AUTORIDADE DISCIPLINAR, PERDE-SE O PODER E O RESPEITO. Neste aspecto, a instituição familiar ou escolar emerge em crise e outro assume o seu lugar a famigerada indisciplina.

Acredito, sinceramente ao finalizar este trabalho, que a Secretaria de Estado da Educação, através do programa PDE, está oportunizando que a educação do nosso estado realmente está caminhando para a reinvenção da educação e aprimoramento das relações sociais.

A família constitui-se no primeiro muro de contenção, é nela que se estabelecem as primeiras regras, limites, valores e torna-se então a primeira referência de autoridade com equilíbrio, cujas conseqüências vão se evidenciar posteriormente na escola, e se esta, através do seu trabalho e suas parcerias, não conseguir resolver o problema, infelizmente será mais um problema para a polícia, assim, para o professor do Colégio Estadual Paulo VI- de Xambrê, principalmente para aqueles que tiveram o privilégio de cursar o Programa de Desenvolvimento Educacional e aqueles que almejam ingressar no referido Programa, ser EDUCADOR é: "Ser alguém que não apenas conheça a fundo o seu mister, mas que também ame praticá-lo, e ame igualmente o sujeito sobre o qual recai a sua atividade profissional, a própria criança. Que não esteja empenhado simplesmente em esgotar os itens de um programa e em aplicar com exatidão e rigor os regulamentos escolares, mas que se sirva da oportunidade oferecida pelo cumprimento do currículo- entendido este em seu sentido mais abrangente, como a totalidade das experiências de aprendizagem oferecidas pela escola para ajudar a criança, mergulhando-a num clima em que reinem não somente a ordem e a disciplina, mas também a confiança, o calor humano, o respeito mútuo, a emulação sadia, o senso de solidariedade e de cooperação, o civismo, a religiosidade, a tirar o melhor partido de seus recursos e potencialidades, fazendo-o até o nível permitido pelos estudos cumpridos. Que lhe comunique o amor pelo trabalho e o desejo de fazê-lo bem feito. Que a leve a assumir a responsabilidade pelos seus atos, sejam eles louváveis ou não, e a aceitar equilibradamente os

elogios ou censuras que mereça..Que respeite a intrínseca dignidade da criança- pessoa racional e livre que é, conduzindo-a assim agir em relação aos demais, seus superiores ou seus iguais. Que seja para ela estímulo , guia, conselheiro e exemplo. Que saiba transmitir-lhe a convicção de que o futuro da Pátria e o da própria humanidade dependem dela também, do que consiga vir a ser , a saber fazer, do que já esteja sendo e fazendo hic ET nunc, como aluno de uma escola de 1 ° grau , por humilde e desconhecida que esta seja”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Maria ; Romeu, Sonia. A problemática da disciplina na escola: relato de experiência . In : D antola , Arlete (Org). Disciplina na Escola. São Paulo: E. P. U. 1989.

ANTUNES, C. Professor Bonzinho= Aluno Difícil: a questão da indisciplina em sala de aula. Petrópolis , R, J: Vozes, 2002 a.

____. Novas maneiras de ensinar, novas maneiras de aprender. Porto Alegre : Artmed, .

2002 b.

AQUINO, Júlio. (Org)- Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.2.ed; São Paulo : Summus, 1996 a.

____. A desordem na relação professor – aluno. In: Aquino,Júlio. (Org), Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 2. Ed. São Paulo: Summus. 1996 b.

____. Do Cotidiano escolar : ensaio sobre a ética e seus anexos. 2. Ed. São Paulo Summus, 2000.

____. Qualidade do Ensino : a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

ARROYO , M. G . Ofício de Mestre: Imagens e auto- imagens. Petrópolis : Vozes, 1995.

BUSCAGLIA, L. Vivendo, amando e aprendendo. 15.ed. Rio de Janeiro : Record, 1993.

CASTRO. A , D; Carvalho. A. M. (Org.) Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: Pioneira Thonason Leasing, 2005.

ENGUITA, Mariano F. A Face oculta da Escola. Porto Alegre , Artes Médicas , 1989.

ESTRELA, Maria Teresa. Relação Pedagógica, Disciplina e Indisciplina na aula., Porto Editora, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda- Novo Dicionário da língua portuguesa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à aprendizagem educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

FREITAG, B. Escola, Estado e Sociedade 4. Ed. São Paulo Moraes, 1980.

FREITAS, Luiz C. A avaliação e as reformas dos anos de 1990. Educação & Sociedade, Campinas, 2004.

GARCIA, Joe. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva . Curitiba Ipardes. 1999.

GETTINGER, M Methods of proactive classroom management school pajehology Review , New York .1988.

GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOTZENS, C. A indisciplina escolar: prevenção e intervenção nos problemas de comportamento. 2. Ed. Porto Alegre : Artmed, 2003.

LA LEADERSLEY, I Wayson .W. .Characteteríscas of. Schooes With good,discipline Educational Leardeship , Alexandria.1982.

LA TAILLE, Yves de. Moral e Ética – Dimensões Educacionais e Afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MANTOAM, Maria Teresa Egler. Caminhos pedagógicos da inclusão escolar. Oque é? Por quê? Como se faz? São Paulo, 2003.

SILVA, Eurides Brito da. A antecipação do início da escolarização : In Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação: 1963 / 1978. Brasília. CFE /DDD. 1980.

VASCONCELOS C. dos Santos. Para onde vai o Professor ? Resgate do professor como sujeito de transformação.10. Ed. São Paulo: Libertad , 2003.

____ C. dos Santos. (In) Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 5. ed. São Paulo : Libertad, 2004.